

## **ENTREVISTA – HUGO NIGRO MAZZILLI - PORTAL TERRA – 20-03-14**

**Concedida por e-mail a Rafael Geyger / Jornalista - MTb/RS 12.397 / GHX Comunicação**

1 - Ter um familiar, seja um pai ou um tio, na posição de presidente da República, é uma honra para poucos. Como a família pôde desfrutar deste momento, considerando os momentos conturbados da época? Era algo comentado nos círculos sociais? Rendia congratulações?

Meu tio Ranieri Mazzilli era bem conhecido na época. Presidente da Câmara dos Deputados há várias legislaturas, já tinha substituído algumas vezes na presidência da República, especialmente quando da renúncia do Jânio Quadros e quando da destituição de Jango Goulart pelos militares. Mas nesses períodos, a substituição sempre foi por pouco tempo, não chegou a um mês. De qualquer forma, sempre que alguém via meu sobrenome, logo me perguntava se eu tinha algum parentesco com Ranieri Mazzilli. Era um nome de prestígio, pois meu tio era respeitado. De fato era um orgulho para nós, pois meu tio era filho de imigrantes, e, com seus próprios méritos, tinha chegado aos cargos mais altos do País.

2 - Nesta terceira passagem, o deputado Ranieri Mazzilli exerceu o posto de presidente por 13 dias. Que lembranças a família tem do período? Que impactos foram percebidos na rotina da família nesta época?

Eu tinha 13 anos na época. Já como político, meu tio morara primeiramente no Rio de Janeiro, então Capital federal, depois em Brasília, mas meus pais, irmãos e eu morávamos em São Paulo. Assim, eu tinha pouquíssimo contato com ele. No período em que ele exerceu a Presidência da República, papai foi a Brasília, preocupado com a situação do País e com a situação pessoal de meu tio. Foi período de preocupação e não de alegria. O País estava tenso, ansioso, ninguém sabia o que iria acontecer. Mas, felizmente, pelo menos o País estava em paz, o que era o mais importante. Depois, pelas narrativas de meu pai, eu fiquei sabendo que meu tio teve um papel moderador na transição do poder civil para os militares, evitando uma crise institucional que poderia gerar divisões e até derramamento de sangue. Meu pai Hugo Mazzilli conta tudo isso com detalhes em seu livro “Muitas vidas”, editado em 1998 pela Ed. Juarez de Oliveira, livro que está disponível na internet.

3 - Nos anos seguintes, com os militares no poder, a família manteve ligação com a política, tendo contato com figuras marcantes da época e novas eleições (incluindo a não reeleição do deputado Ranieri, em 1965). Mais uma vez falando sobre aspectos da rotina familiar, como foram os anos seguintes ao golpe?

Nessa matéria as piores lembranças da família começaram aos poucos, logo a partir dos primeiros meses da ditadura militar. Como meu tio era um dos líderes da oposição, ele passou a ser perseguido pela ditadura, inclusive isso inviabilizou mais à frente sua reeleição como deputado federal em 1965. Ele chegou a ser indiciado nos famigerados IPMs, que eram inquéritos policiais militares; foi denunciado pelo Ministério Público de São Paulo, então subserviente aos militares. Mas a Justiça foi independente, pois o juiz da Capital rejeitou a denúncia, o Tribunal de Justiça de São Paulo confirmou a rejeição da denúncia, e o Supremo Tribunal Federal também rejeitou o recurso do Ministério Público paulista... Veja! Mesmo durante a própria Ditadura, a Justiça não aceitou que processassem o meu tio a serviço da Ditadura. Mas o governo federal continuava contra ele, pois, para inviabilizar seu futuro político — na época, ele era um dos possíveis candidatos ao governo de São Paulo —, o governo investiu na candidatura de Bilac Pinto contra o meu tio para a presidência da Câmara dos Deputados. Meu tio perdeu a eleição por poucos votos. Teria sido cassado pelos militares, se tivesse vencido Bilac Pinto, o mesmo deputado que, depois, foi nomeado pelos militares como Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Quanto a mim, eu cresci durante a ditadura, formei-me em Direito em 1972 e entrei por concurso no Ministério Público paulista. Nessa época, eu já defendi a independência funcional dos membros do Ministério Público mesmo durante a ditadura, em trabalhos que publiquei em 1976 na Revista dos Tribunais. Também durante a ditadura eu já era promotor público, quando Maluf era governador nomeado, e eu mandei abrir inquérito policial para investigar as agressões de parte a parte que envolveram a segurança pessoal do governador e estudantes numa inauguração de equipamentos da Unesp em Botucatu, fatos esses que estão noticiados no jornal Estadão da época. Lembro-me até que recebi um telefonema do assessor do Procurador-Geral tentando me repreender por ter tomado essa iniciativa; eu disse a ele que ele estava é mal informado: tinha havido um crime, eu tinha mandado apurar, era para ele passar bem e desliguei o telefone na cara do assessor. Além disso, o delegado titular de polícia de Botucatu foi afastado pelo governo das investigações e o governo designou um delegado do então famoso DOPS (Delegacia da Ordem Pública e Social), para assumir as investigações; em razão disso, eu resolvi acompanhar pessoalmente o inquérito policial. O delegado chegou a dizer assim para mim: “doutor, tudo o que o senhor fizer aqui, terá de ser por escrito”. Eu falei: “ótimo”. Eu sempre fui muito técnico no meu trabalho.

4 - Referente ao Golpe de 1964 e o momento do país, há algum fato vivenciado, seja pela sua complexidade ou por ser inusitado, que tenha lhe marcado e, por isto, permanece vivo na memória?

Quanto ao golpe de 64, em si, no começo para nós, população, ele nem era praticamente “visível”; não fossem os jornais e a televisão, nem se saberia de golpe... pois tudo estava em ordem nas ruas. As mudanças mesmo vieram aos poucos, depois. Mais soldados nas ruas, mais policiamento em tudo, depois, menos liberdade, todos nós tínhamos mais cuidado ao falar com desconhecidos sobre política... Tive colegas de faculdade de Direito que, depois do novo golpe militar de 68, coincidência ou não, simplesmente desapareceram. Nem sei o que aconteceu com eles.

5 - O livro Muitas Vidas reforça algumas características pessoais do deputado Ranieri, como a liderança que ele exercia. Além desta qualidade, que outras podem ser destacadas como fundamentais para a sua atuação naquele momento histórico para nosso país?

Meu tio era um verdadeiro diplomata. Lembro-me bem dele, muito pausado até para falar. Era conciliador também: nunca estimulava contendas. E era um homem de bem. Ao morrer, deixou a casa própria em que ele morava e mais nada. Mesmo a fazenda que deixou, era herança da mulher dele, não do meu próprio tio.

6 - Os senhores, enquanto irmão e sobrinho, exerceram algum tipo de influência nas decisões de Ranieri, ou seja, exercendo o papel não só de familiares, mas como amigos e conselheiros?

Meu tio era autossuficiente. Mas papai era amigo e às vezes conselheiro de meu tio, especialmente em matéria médica, e raramente em algumas cautelas políticas. Uma vez, na véspera de ser injustamente denunciado pelo Ministério Público de São Paulo, meu tio recebeu um convite de um suposto amigo para uma conversa com o Procurador-Geral de Justiça de São Paulo, Mario de Moura Albuquerque. O convite era estranhíssimo: onde se viu um procurador-geral chamar à sua casa um indiciado para conversar? Meu pai aconselhou muito cuidado a meu tio, e foi com ele à conversa, na qual meu tio se limitou a dizer que nada tinha a temer. Pois no dia seguinte, veio a denúncia.

7 - Em uma passagem do livro *Muitas Vidas*, Ranieri é citado como “um brasileiro de digna e irrepreensível postura”. Em sua avaliação, o papel exercido ele na história brasileira recebeu o devido tratamento da imprensa ao longo da história? Por quê?

Bem, não me importo pessoalmente se ele recebeu ou não reconhecimento. Ele fez o que achou que devia fazer, fez bem, tenho certeza de que faria outra vez. Na sua posição conciliadora, ajudou a evitar derramamento de sangue, como foi reconhecido pelos próprios parlamentares, inclusive pelos seus adversários, na sessão da Câmara Federal de 23 de abril de 1975.

8 - Recentemente, o episódio que levou Ranieri a assumir a Presidência pela terceira vez voltou às manchetes com a exumação do corpo do ex-presidente João Goulart. Foi, de alguma forma, um momento marcante para a família Mazzilli? Por quê?

De fato, já vi hoje artigos minimizarem o papel de meu tio. Entretanto, se seu papel foi modesto, isso se deveu ao fato de que o poder de fato estava mesmo nas mãos dos militares; se ele assumiu a Presidência, não foi por vontade pessoal, mas por imposição da Constituição, pois, destituído que fora Jango da Presidência da República por decisão do Congresso Nacional, não restava a meu tio senão cumprir a lei e assumir a Presidência. Se os militares usurparam o poder, não havia força civil capaz de se opor a eles na ocasião, como os fatos o demonstraram.

9 - Considerando sua proximidade com quem ajudou a fazer a história de nosso país, se possível, deixe-nos saber sua opinião sobre o chamado Golpe de 1964.

Bem, falo por mim. Como disse, eu tinha 13 anos na época. Lembro-me de que o país estava meio anárquico: greves generalizadas, agitação de sindicatos, turbulência política geral. A então chamada Revolução para mim, num primeiro momento, pareceu vir a pôr ordem no País. Entretanto, com o passar do tempo, a ditadura foi asfixiando as liberdades públicas, pessoas foram perseguidas, as cidades estratégicas, os Estados e o próprio País passaram a ser governados por pessoas que não tinham nenhuma investidura democrática... Vi, como creio que todos os brasileiros acabaram percebendo, que tínhamos sido iludidos. Assim, foi um momento de grande alegria a vitória do candidato de oposição Tancredo Neves para pôr fim ao regime militar. Seguiu-se, porém, grande desalento, com a morte de Tancredo. Justamente quem assumiu o governo foi nada mais nada menos que o Sarney, o homem que presidira a Arena, ou seja, o partido que apoiara o tempo todo a Ditadura!

10 - Gostaria de destacar algum outro aspecto sobre o tema que não tenha sido perguntado? (*in albis*)

Disponível em: <http://www.mazzilli.com.br/pages/informa/rgeyger.pdf>